

Aplausos ao fim da moratória. Em Londres.

Até que enfim o Brasil abandonou formalmente a tentativa de fechar um acordo que aliviasse o ônus de sua dívida à margem dos mecanismos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das normas fixadas pela comunidade mundial de bancos. É o que sustenta um editorial publicado ontem pelo jornal **Financial Times** de Londres, ao lembrar que o País chegou a um acordo com os bancos para o reescalonamento de suas dívidas de médio e longo prazos.

Significa também uma volta à ortodoxia e o fim total de uma moratória unilateral decretada há 16 meses, opinou o jornal comentando que a suspensão do pagamento dos juros incidentes sobre parte de sua dívida externa em nada beneficiou o Brasil: "Ao contrário, suas reservas tiveram de ser depositadas, a baixos juros, sob a custó-

dia do Banco de Compensações Internacionais (BIS), para evitar o arresto de bens". E continuou: "A experiência brasileira confirma que os experimentos heterodoxos, ao menos quando mal manejados, são contraproducentes".

Outra lição tirada pelo País, segundo o jornal: as medidas radicais, especialmente quando mal planejadas, não obrigam os países credores e os bancos comerciais a alterarem suas atitudes. O tratamento das dívidas, caso a caso, ainda vigora.

Depois de dizer que o Brasil não merece muita simpatia pela forma como tratou o problema de sua dívida, o **Financial Times** comentou que, sem necessidade alguma, o presidente José Sarney e seus assessores entraram em confronto com os bancos e com o FMI, enquanto seu programa econômico era distorcido por considerações de

ordem política: má administração e excessivas mudanças em sua equipe econômica, causadas por disputas de facções.

O jornal também lançou dúvidas sobre a capacidade que o governo Sarney teria de "vender" o acordo à opinião pública brasileira e manejar a economia de modo a aproveitar-se desse mesmo acordo, pois a imagem do governo está comprometida "por escândalos de corrupção", ao passo que se deixa absorver "pela fase de encerramento da redação de uma nova Constituição". Além disso, afirmou que a posição do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, como "administrador tecnocrata", não é nada segura, porque procura conter os reajustes salariais do pessoal do setor público — assunto que na semana passada "levou a um atrito com os poderosos meios militares" do Brasil.